

**EQUIDADE NA EDUCAÇÃO E ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO:
reflexões sobre a educação pública universal**

Erlando da Silva Rêses¹
Lara Andréia Sant'ana Cardoso²
Priscilla Franco Rocha³

Resumo: Este artigo busca analisar a intricada relação entre a educação pública universal e os estudantes em situação de refúgio, seguindo uma estrutura dividida em duas partes distintas. Na primeira seção, após a introdução, exploramos a evolução histórica da educação pública universal, desde suas raízes antigas até sua consagração como direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Nossa intenção nesta etapa é contextualizar o desenvolvimento desse conceito ao longo do tempo, explorando influências filosóficas, especialmente aquelas do Iluminismo. Por meio de uma abordagem histórica, identificamos marcos fundamentais que moldaram a percepção contemporânea do acesso equitativo ao conhecimento. Na segunda parte, adotamos uma abordagem metodológica reflexiva que contempla desafios inerentes à concretização da universalização da educação pública, com enfoque nos estudantes em situação de refúgio. Analisamos barreiras sociais, culturais e burocráticas que podem restringir o acesso equânime, bem como a experiência desses estudantes diante de obstáculos como barreiras linguísticas e adaptação cultural. Nossa intenção é refletir sobre as implicações desses desafios e considerar a relevância de políticas educacionais inclusivas. Ao explorar a história da educação pública universal e analisar as complexidades enfrentadas pelos estudantes em situação de refúgio, este artigo busca oferecer uma compreensão holística da interação entre teoria e prática, contribuindo para um debate consciente sobre esta temática premente.

Palavras-chave: Equidade. Direito à Educação. Educação Pública.

**EQUITY IN EDUCATION AND STUDENTS IN REFUGEE SITUATIONS:
reflections on universal public education**

Abstract: This article seeks to analyze the intricate relationship between universal public education and students in refugee situations, following a structure divided into two distinct parts. In the first section, after the introduction, we explore the historical evolution of universal public education, from its ancient roots to its consecration as a human right in the Universal Declaration of Human Rights in 1948. Our intention in this stage is to contextualize the development of this concept over time, exploring philosophical influences, especially those of the Enlightenment. Through a historical approach, we identify fundamental milestones that have shaped the contemporary perception of equitable access to knowledge. In the second part, we adopt a reflective methodological approach that considers inherent challenges in achieving the universalization of public education, with a focus on students in refugee

¹ Doutor em Sociologia, com Pós-Doutorado em Educação (SOAS/Universidade de Londres), Professor Associado do PPGE/FE/UnB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Materialismo Histórico-Dialético e Educação (CONSCIÊNCIA) da FE/UnB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT) do Instituto de Ciências Sociais (ICS)/Departamento de Sociologia da UnB. E-mail: erlando@unb.br.

² Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Membro do Grupo Consciência. E-mail: lascptu@gmail.com.

³ Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Monitora em Gestão Educacional na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Membro do Grupo de Estudos sobre a Mundialização da Educação (GEP-Mundi). E-mail: prifrancor@gmail.com.

situations. We analyze social, cultural, and bureaucratic barriers that can restrict equitable access, as well as the experiences of these students in the face of obstacles such as language barriers and cultural adaptation. Our intention is to reflect on the implications of these challenges and consider the relevance of inclusive educational policies. By exploring the history of universal public education and analyzing the complexities faced by students in refugee situations, this article seeks to offer a holistic understanding of the interaction between theory and practice, contributing to a conscious debate on this pressing topic.

Keywords: Equity. Right to Education. Public Education.

EQUIDAD EN LA EDUCACIÓN Y ESTUDIANTES EN SITUACIONES DE REFUGIO: reflexiones sobre la educación pública universal

Resumen: Este artículo busca analizar la intrincada relación entre la educación pública universal y los estudiantes en situación de refugio, siguiendo una estructura dividida en dos partes distintas. En la primera sección, después de la introducción, exploramos la evolución histórica de la educación pública universal, desde sus raíces antiguas hasta su consagración como derecho humano en la Declaración Universal de Derechos Humanos en 1948. Nuestra intención en esta etapa es contextualizar el desarrollo de este concepto a lo largo del tiempo, explorando influencias filosóficas, especialmente las del Iluminismo. A través de un enfoque histórico, identificamos hitos fundamentales que han moldeado la percepción contemporánea del acceso equitativo al conocimiento. En la segunda parte, adoptamos un enfoque metodológico reflexivo que considera los desafíos inherentes a la universalización de la educación pública, con un enfoque en los estudiantes en situación de refugio. Analizamos barreras sociales, culturales y burocráticas que pueden restringir el acceso equitativo, así como la experiencia de estos estudiantes frente a obstáculos como las barreras lingüísticas y la adaptación cultural. Nuestra intención es reflexionar sobre las implicaciones de estos desafíos y considerar la relevancia de las políticas educativas inclusivas. Al explorar la historia de la educación pública universal y analizar las complejidades que enfrentan los estudiantes en situación de refugio, este artículo busca ofrecer una comprensión integral de la interacción entre teoría y práctica, contribuyendo a un debate consciente sobre este apremiante tema.

Palavras-clave: Equidad. Derecho a la Educación. Educación Pública.

Introdução

A busca pela educação pública universal é uma jornada histórica que reflète a evolução da humanidade em direção a uma sociedade mais equitativa e justa. Desde suas origens antigas até sua consagração como um direito humano fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a trajetória da educação universal é marcada por avanços significativos e desafios persistentes. Este artigo visa explorar essa evolução histórica, bem como analisar criticamente os desafios contemporâneos associados à universalização da educação, especialmente para estudantes em situação de refúgio. Ou seja, aqueles estudantes que,

estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Também (...) quem foi forçado a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e graves violações dos direitos humanos. (ACNUR, 2019, p. 2).

Nesse contexto, ao traçar um panorama abrangente desses aspectos, buscamos contribuir para uma compreensão mais ampla das complexidades inerentes à busca por uma educação verdadeiramente inclusiva.

O objetivo principal deste artigo é duplo, sendo o primeiro, explorar a evolução histórica da educação pública universal desde suas origens antigas até o reconhecimento como direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos; e segundo, analisar os desafios enfrentados na busca pela universalização da educação pública, com foco nas implicações para os estudantes em situação de refúgio. Para alcançar esses objetivos, será adotada uma abordagem multidisciplinar que combina pesquisa documental e análise crítica.

A metodologia deste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, que se apoia em uma revisão da literatura, na análise de documentos históricos e legais, bem como em reflexões críticas sobre os desafios contemporâneos. A pesquisa documental será fundamental para traçar a evolução histórica da educação pública universal, desde suas origens nas antigas civilizações até o reconhecimento nos marcos legais e documentos internacionais. Além disso, serão exploradas narrativas contemporâneas que destacam os desafios enfrentados por estudantes em situação de refúgio no acesso à educação.

A análise crítica será realizada por meio da articulação dos contextos históricos com os desafios atuais. Através dessa abordagem, serão identificadas as implicações dessas dinâmicas para a universalização da educação atualmente. A análise será enriquecida por reflexões que considerarão as perspectivas dos direitos humanos e da justiça social.

A seção inicial deste artigo se concentra na evolução histórica da educação pública universal, traçando suas origens nas antigas civilizações até o momento em que foi consagrada como um direito humano essencial. Na Grécia e em Roma, a educação estava ligada à formação de cidadãos informados, embora fosse restrita a determinados estratos sociais. O Renascimento e o Iluminismo trouxeram novas perspectivas sobre a educação, destacando sua importância na formação de cidadãos autônomos e conscientes.

No entanto, foi somente no século XIX que a ideia de educação pública universal começou a se solidificar. Países como Prússia e França pioneiramente introduziram sistemas educacionais mais amplos, buscando alcançar um maior número de pessoas. O conceito moderno de educação pública universal começava a emergir, enfatizando a importância de proporcionar oportunidades educacionais a todos, independentemente de sua origem.

Essa evolução culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que reconheceu a educação como um direito fundamental. O Artigo 26 da Declaração estabelece que "toda pessoa tem direito à educação", edificando um marco crucial na história da educação universal. Esse reconhecimento reafirmou a educação como uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal e a construção de sociedades justas.

A segunda seção deste artigo analisa os desafios enfrentados na busca pela universalização da educação pública, com uma ênfase especial nos estudantes em situação de refúgio. Nesse contexto, os estudantes em situação de refúgio representam um grupo particularmente vulnerável.

A expulsão de seus países de origem devido a conflitos, perseguições ou instabilidade política coloca esses estudantes em uma posição precária. A adaptação a um novo ambiente, língua e sistema educacional pode ser extremamente desafiadora, especialmente para aqueles que já enfrentaram traumas significativos. A interrupção abrupta de sua educação devido às circunstâncias de refúgio pode criar lacunas no aprendizado e dificuldades adicionais.

Para enfrentar os desafios identificados, é essencial que se adote abordagens flexíveis e adaptativas. Isso pode envolver a implementação de programas que levem em consideração as necessidades educacionais específicas dos estudantes em situação de refúgio. Além disso, a capacitação de profissionais da educação para lidar com a diversidade cultural e as necessidades emocionais desses estudantes é essencial.

Ao analisar criticamente os desafios e refletir sobre a universalização da educação, este artigo busca contribuir para a compreensão das complexidades inerentes a esse processo. A evolução histórica da educação pública universal é um lembrete do progresso alcançado, enquanto os desafios contemporâneos destacam a necessidade contínua de aprimorar os sistemas educacionais para garantir que todos tenham acesso a oportunidades de aprendizado significativas.

A educação pública universal

A promoção da equidade na educação é um objetivo central das sociedades modernas, refletindo a aspiração de oferecer oportunidades iguais de crescimento, desenvolvimento e empoderamento. No entanto, ao analisarmos a educação pública universal, somos confrontados com uma série de desafios e questionamentos que se estendem para além das salas de aula.

Essas reflexões são ampliadas quando consideramos os estudantes em situação de refúgio, uma população que enfrenta barreiras específicas para o acesso à educação. Conforme o relatório *Global Trends* produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no final de 2022, "108,4 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas à força em consequência de perseguições, conflitos, violência, violações dos direitos humanos" (ACNUR, 2022, p.2). Isso representa um aumento de 19 milhões de pessoas em relação ao final de 2021 e indica que mais de uma pessoa em cada 74 no planeta foi forçada a fugir de suas casas.

A luta pela educação pública universal tem raízes profundas na história da humanidade. Desde as civilizações antigas, a ideia de compartilhar o conhecimento tem sido valorizada como uma forma de promover o desenvolvimento social e individual. No entanto, a concretização desse ideal enfrentou obstáculos variados, muitos dos quais persistem até os dias de hoje.

Embora a educação pública universal aspire a oferecer igualdade de acesso e oportunidades para todos os indivíduos, a realidade muitas vezes é complexa e desafiadora. Portanto, o compromisso contínuo com a equidade na educação é essencial para superar os desafios que estudantes em situação de refúgio e outros grupos vulneráveis enfrentam em sua busca por uma educação inclusiva e de qualidade. Essa jornada em direção à equidade na educação continua sendo um dos pilares fundamentais do desenvolvimento social e individual em sociedades igualitárias e justas.

As origens da educação pública remontam a antigas civilizações que reconheciam o valor do conhecimento compartilhado para o progresso da sociedade. Na Grécia Antiga, o filósofo Sócrates promovia um modelo de educação que visava estimular o pensamento crítico e a busca pelo conhecimento, estabelecendo as bases para a formação intelectual dos cidadãos. Essa abordagem, no entanto, estava longe de ser universal, uma vez que a educação estava reservada às classes privilegiadas.

O Império Romano também reconhecia a importância da instrução para a cidadania ativa. A educação era ministrada com foco no desenvolvimento moral e cívico dos cidadãos, mais uma vez limitada aos estratos sociais superiores. Assim, enquanto os alicerces da educação pública estavam sendo lançados, a equidade na educação ainda era uma aspiração distante.

Foi durante o Renascimento europeu que os ideais de igualdade educacional começaram a tomar forma. A noção de que a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de sua origem social, começou a ganhar força. Nesse período, o humanista Erasmo de Rotterdam (2002) advogou pela educação universal como um meio de promover o desenvolvimento humano e social, sinalizando uma mudança de paradigma em relação ao acesso ao conhecimento.

No entanto, foi o Iluminismo que lançou as bases sólidas para a evolução da educação pública universal. Filósofos iluministas como Jean-Jacques Rousseau e Voltaire enfatizaram a necessidade de uma educação que fosse acessível a todas as classes sociais, com o objetivo de formar cidadãos esclarecidos e críticos. Eles acreditavam que a educação não apenas beneficiava o indivíduo, mas também a sociedade como um todo, promovendo valores de igualdade e liberdade.

Assim, podemos considerar que o Iluminismo desempenhou um papel fundamental na transformação da concepção moderna da educação pública, promovendo a ideia de que o acesso ao conhecimento deveria ser um direito universal, capaz de impulsionar a liberdade e a igualdade em uma sociedade em constante evolução.

Essa noção axiomática de equidade na educação também tem relevância contemporânea ao considerarmos os estudantes em situação de refúgio. Ao abordar o acesso à educação, Rousseau (1979) enfatizava que a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de sua origem social, alegando que se não há igualdade entre os homens na origem, ao menos deveria haver igualdade para todos na educação.

Essa visão de igualdade educacional, embora difícil de alcançar em todos os aspectos da vida, desempenha um papel vital quando se trata dos estudantes em situação de refúgio. Eles enfrentam obstáculos significativos para acessar a educação, devido a circunstâncias desafiadoras, como fugas de conflitos e desastres. Garantir igualdade nesse contexto não apenas promove a justiça, mas capacita esses indivíduos a superarem adversidades inerentes ao

processo de expulsão à que foram expostos. Logo, a busca contínua pela igualdade educacional reflete valores fundamentais de humanidade e inclusão.

Voltaire (2000), por sua vez, acreditava que a educação era um meio de combater a ignorância e a intolerância, fundamentais para a criação de uma sociedade justa e livre. Essa perspectiva é particularmente relevante para os estudantes em situação de refúgio, que frequentemente têm que superar barreiras linguísticas e culturais, além de possíveis traumas, para se integrarem em novos sistemas educacionais. Nesse sentido, a educação, sob a perspectiva voltairiana, não é apenas a aquisição de conhecimento, mas também um veículo para a equidade, proporcionando a esses estudantes a oportunidade de superar desafios e conquistar um lugar de igualdade e dignidade.

Ambos os pensadores iluministas nos lembram que a universalização da educação é uma ferramenta poderosa para promover a equidade, a liberdade e a igualdade. Suas ideias ecoam nos desafios atuais enfrentados pelos estudantes em situação de refúgio, pois destacam a importância de políticas educacionais inclusivas e adaptativas que considerem as necessidades específicas desses indivíduos.

Assim, ao explorarmos as raízes históricas da educação pública e suas implicações contemporâneas, percebemos a importância contínua de garantir que a educação seja verdadeiramente acessível a todos, independentemente de sua origem ou circunstâncias.

O século XIX testemunhou um avanço significativo na implementação de sistemas educacionais mais amplos em várias nações. Países como a Prússia e a França introduziram medidas para garantir que a educação não fosse mais um privilégio exclusivo das elites. O desenvolvimento da educação pública universal foi impulsionado pela crescente conscientização de que a educação era essencial para o progresso socioeconômico e o fortalecimento da cidadania.

Esse progresso culminou no marco histórico da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O Artigo 26 dessa declaração proclamou que "toda pessoa tem direito à educação". Esse reconhecimento da educação como um direito humano fundamental foi uma conquista notável, resultante de um século de avanços e lutas por igualdade educacional. A declaração estabeleceu que a educação deve ser orientada para o desenvolvimento da personalidade humana e para o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

No entanto, ao observarmos como a mundialização da educação desde o século XIX até os dias atuais afeta os estudantes em situação de refúgio, torna-se claro que os desafios persistem. Ivan Illich (1985) levanta uma preocupação válida ao questionar se esse processo da educação poderia, inadvertidamente, diluir culturas locais em busca de uma educação homogeneizada. Essa tensão entre a busca por conhecimento globalizado e a preservação da riqueza cultural é particularmente relevante para os refugiados, cuja identidade cultural é muitas vezes um fio de ligação vital com suas origens. Para Illich,

Há na humanidade de hoje uma contra força à esterilidade ao perigo de uma cultura de massa quantitativa e anônima; um novo — às vezes imperceptível — senso espiritual de convergência para a unidade humana e mundial à base da sacralidade de cada pessoa humana e do respeito pela pluralidade de culturas. (ILLICH, 1985, p. 11).

Paulo Freire nos explica que "quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se 'inserir' nela criticamente." (1987, p. 26). Dessa forma, a conexão entre a educação e o contexto pessoal é crucial quando consideramos os desafios enfrentados pelos refugiados na assimilação do conhecimento em ambientes globalizados. Barreiras linguísticas, culturais e possíveis traumas podem dificultar a aprendizagem, ressaltando a necessidade de abordagens pedagógicas sensíveis à diversidade cultural e adaptadas às necessidades específicas de cada estudante.

Em sua análise sobre as crianças refugiadas sírias, Brophy (2017) destaca uma perspectiva profunda. Ela argumenta que as crianças com menos de seis anos que vivenciaram a guerra desde o nascimento não têm conhecimento de uma realidade além do conflito armado que assola suas vidas. Para essas crianças, a guerra não é apenas um evento traumático, mas uma condição inerente à sua existência. Elas não têm lembranças de tempos de paz ou estabilidade, pois a guerra é a única realidade que conhecem desde o momento em que vieram ao mundo.

Por outro lado, as crianças que cresceram sob a sombra da guerra, embora possam ter lembranças de tempos de relativa tranquilidade antes do conflito, também enfrentaram uma infância marcada pela ameaça constante e o medo associado ao conflito armado. Para elas, a guerra não é apenas uma memória distante, mas uma presença constante que moldou suas experiências de vida desde tenra idade.

As palavras de Brophy lançam luz sobre a dura realidade enfrentada pelas crianças sírias afetadas pela guerra, independentemente de terem nascido durante o conflito ou terem vivido sob sua sombra. Suas experiências únicas exigem uma atenção especial da comunidade global para garantir que essas crianças tenham acesso a apoio psicológico, educacional e social, a fim de ajudá-las a superar os traumas e construir um futuro mais estável e pacífico.

Logo, enquanto celebramos o avanço histórico da educação pública universal do século XIX, é fundamental o reconhecimento de como essas conquistas históricas se relacionam com o presente, especialmente em relação aos estudantes em situação de refúgio. Amartya Sen (2000) ao afirmar que a educação é o meio pelo qual podemos enfrentar muitos desafios nos lembra que a verdadeira eficácia da educação globalizada deve ser avaliada pela capacidade de preparar os refugiados a enfrentar os desafios que encontram em suas novas realidades.

De acordo com Rocha (2022), é inegável que as experiências forçadas de deslocamento têm um impacto profundamente prejudicial nas crianças, afetando de maneira abrangente o seu desenvolvimento. Conforme a autora, é importante ressaltar que esses impactos vão além dos desafios linguísticos e culturais que as crianças refugiadas frequentemente enfrentam ou da ausência de documentação pessoal e escolar adequada. Eles também abrangem aspectos psicossociais complexos resultantes da exposição à violência cíclica dentro do atual contexto psicofísico.

Esse nexó psicofísico, enraizado no sistema vigente, representa uma realidade inerente à qual muitas crianças deslocadas são submetidas. A resolução dessas questões não é apenas uma questão de enfrentar os desafios individuais, mas de abordar sistemicamente as causas subjacentes da violência e da instabilidade que persistem. Logo, apenas ao enfrentar essas questões profundas e sistêmicas é possível criar um ambiente propício para a educação inclusiva e a promoção da equidade para todos.

Por isso, a compreensão das consequências abrangentes do deslocamento forçado nas crianças exige uma abordagem holística que aborde não apenas os problemas imediatos, como barreiras linguísticas e culturais, mas também a raiz dos traumas psicossociais que resultam da violência contínua. Essa abordagem integrada é essencial para garantir que as crianças afetadas pelo deslocamento forçado tenham a oportunidade de superar os desafios e construir um futuro mais estável e seguro.

Deve-se ressaltar que, a equidade na educação, o impacto nos estudantes em situação de refúgio e a relação com o desenvolvimento do capitalismo estão profundamente entrelaçados com o processo de mundialização da educação. Conforme o mundo se torna mais interconectado, a educação também passa por transformações que refletem a complexa teia de influências globais.

Bourdieu e Passeron (2014) observaram como a educação não se trata apenas de uma questão local, mas também de uma ferramenta de reprodução das estruturas sociais em uma escala global. No contexto do desenvolvimento do capitalismo e da expansão da educação, as desigualdades se estendem além das fronteiras nacionais. A mundialização da educação intensifica a exposição a diferentes sistemas educacionais e a potencial difusão de desigualdades.

A intersecção entre o desenvolvimento do capitalismo e a mundialização da educação também é ressaltada por Basil Bernstein. O autor argumentou que o conhecimento não é apenas transmitido, mas também estruturado de maneiras específicas, influenciando como as diferentes classes sociais percebem e interagem com o mundo e a disseminação global dessas estruturas de conhecimento pode reforçar as desigualdades existentes (BERNSTEIN, 1996).

No entanto, o processo de mundialização da educação também oferece oportunidades para desafiar e transformar essas dinâmicas. Paulo Freire (1987), ao discutir a conscientização por meio da educação, ressalta a importância de questionar as estruturas de poder e de conhecer e reconhecer o mundo de maneiras críticas. O autor, destacando a capacidade de expandir horizontes e empoderar os indivíduos, afirma que,

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A educação como prática da liberdade é, antes de tudo, um ato de conhecimento do que não se conhece, uma aproximação crítica à realidade. (FREIRE, 1987, p. 70).

Portanto, a relação entre a educação pública universal e equitativa e os estudantes em situação de refúgio é intrincada. Enquanto os desafios das desigualdades persistem em um contexto global, a educação também carrega o potencial de ser uma força transformadora. E reconhecer as complexidades dessa relação é essencial para forjar caminhos que promovam a equidade, a inclusão e a conscientização em um mundo cada vez mais conectado.

A educação pública como instrumento de transformação e inclusão

A questão dos refugiados é uma das mais urgentes e complexas vividas no século XXI. Como vimos anteriormente, todos os anos milhões de pessoas em todo o mundo são forçadas a deixar seus países de origem devido a conflitos armados, perseguições políticas, desastres naturais e outras crises humanitárias. Entre esses refugiados, muitos enfrentam desafios significativos para acessar a educação em seus países de acolhimento.

No entanto, a educação pública pode ser um instrumento poderoso de transformação e inclusão para esses estudantes em situação de refúgio. Ao criar oportunidades para a superação das barreiras linguísticas e culturais, dos traumas psicossociais, da falta de documentação escolar, da experiência de guerra e conflito vivida, da identidade cultural e da perda de raízes, bem como os desafios de integração, a educação pode desempenhar um papel fundamental na reconstrução de vidas e na promoção da igualdade e da equidade de oportunidades nos países de acolhimento.

Um dos principais desafios que os estudantes em situação de refúgio enfrentam ao ingressar em novos sistemas educacionais em países de acolhimento é a barreira linguística e cultural. Muitas vezes, esses estudantes não têm domínio do idioma do país anfitrião, o que pode dificultar sua comunicação e compreensão em sala de aula. Além disso, as diferenças culturais podem criar uma sensação de isolamento e estranhamento, e é importante observar que nem sempre os professores possuem a formação necessária para lidar com essa diversidade cultural e linguística em suas salas de aula.

A falta de domínio do idioma do país anfitrião representa um desafio significativo para os estudantes em situação de refúgio, afeta sua comunicação, compreensão e, conseqüentemente, seu desempenho escolar. Devido à necessidade de deixarem seus países de origem de forma abrupta e urgente, esses estudantes enfrentam uma realidade em que aprender um novo idioma antes de buscar acolhimento em outro país se torna praticamente impossível. Muitas vezes, eles chegam ao país anfitrião sem qualquer conhecimento prévio das novas culturas, o que representa um obstáculo adicional para a comunicação e a compreensão das aulas.

É relevante destacar que as expectativas dos refugiados nem sempre correspondem à realidade dos países de acolhimento. Essa desconexão entre as expectativas e a realidade pode gerar frustração, tornando o processo de adaptação ainda mais complexo, especialmente considerando

que o aprendizado do novo idioma e a integração na sociedade local já representam desafios adicionais. As consequências desse descompasso podem ter um impacto profundo no bem-estar emocional e psicológico dos estudantes em situação de refúgio, enfatizando a necessidade de um suporte adequado por parte das políticas públicas educacionais.

Embora a atual Resolução Nº 1 de 13 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes para o acolhimento de estudantes migrantes no Brasil, seja um avanço importante, é fundamental reconhecer que, por si só, essa resolução não é suficiente para tornar o sistema educacional verdadeiramente equitativo para os estudantes em situação de refúgio. Embora as diretrizes apresentadas sejam passos na direção certa, a verdadeira equidade no sistema educacional requer mais do que apenas políticas e resoluções formuladas em escritórios distantes.

De fato, a implementação eficaz dessas diretrizes depende, em grande parte, das ações e esforços daqueles que estão diretamente envolvidos na educação, ou seja, dos profissionais que trabalham no chão da escola. São eles que estão na posição privilegiada de entender as necessidades únicas dos estudantes em situação de refúgio, pois lidam com eles diariamente.

As diretrizes fundamentais, como a não discriminação, a prevenção ao bullying, ao racismo e à xenofobia, a não segregação entre alunos brasileiros e não-brasileiros, a capacitação de professores e funcionários sobre práticas de inclusão de alunos não-brasileiros, a valorização da cultura dos alunos não-brasileiros e a oferta de ensino de português como língua de acolhimento, são essenciais. No entanto, para que essas diretrizes sejam verdadeiramente eficazes, é necessário que aqueles que estão nas escolas as internalizem e as traduzam em ações concretas.

Isso implica que os profissionais da educação não apenas compreendam essas diretrizes, mas também sejam capacitados para lidar com as barreiras linguísticas e culturais enfrentadas pelos estudantes em situação de refúgio e para promover um ambiente de respeito e inclusão.

Além disso, é importante que esses profissionais tenham a sensibilidade e a empatia necessárias para compreender as experiências únicas dos estudantes em situação de refúgio, muitas vezes oriundos de contextos de conflito e trauma. Isso requer um esforço constante de aprendizado e adaptação por parte de todos os trabalhadores das escolas.

Portanto, embora as diretrizes estabelecidas pela Resolução Nº 1 de 13 de novembro de 2020 sejam um avanço importante na direção da equidade na educação para os estudantes em

situação de refúgio, a verdadeira transformação virá da ação direta dos profissionais da educação. É o compromisso deles em traduzir essas diretrizes em práticas inclusivas e sensíveis que fará a diferença real na vida desses estudantes, permitindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade e se sintam verdadeiramente acolhidos e integrados na sociedade brasileira.

Conforme Cardoso (2022) em sua pesquisa sobre a escolarização e inclusão social de estudantes migrantes venezuelanos(as) na escola pública do Distrito Federal, fica claro que as políticas educacionais só podem alcançar seus objetivos se forem efetivamente adotadas pela categoria de trabalhadores da educação. No entanto, para que isso ocorra, é necessário que haja uma formação adequada e contínua, alinhada com as necessidades reais das unidades escolares. Isso significa que as formações devem ser elaboradas de forma colaborativa e participativa, considerando os desafios e demandas específicas de cada contexto educacional.

Nesse contexto, é fundamental que a formação de professores seja concebida de baixo para cima, ou seja, a partir das necessidades e realidades das próprias escolas. Isso implica em uma abordagem horizontal, na qual as formações são construídas de forma colaborativa e participativa. Os professores devem desempenhar um papel central nesse processo, pois estão mais próximos dos estudantes e compreendem as demandas específicas de cada sala de aula.

Para a autora, a formação de professores na perspectiva emancipadora vai além da simples transmissão de conteúdos programáticos e técnicas pedagógicas. Ela busca capacitar os professores a transformar esses conteúdos em aprendizagem significativa para os estudantes, promovendo o pensamento crítico, a criatividade e a participação ativa deles. Dessa forma, a formação deve capacitar os professores a se tornarem mediadores do conhecimento, facilitadores do aprendizado e agentes de transformação social (CARDOSO, 2022).

Muitos estudantes em situação de refúgio carregam consigo as cicatrizes físicas e emocionais de experiências traumáticas, devido à exposição a conflitos armados, desastres naturais e deslocamento forçado. Esses traumas podem afetar profundamente seu bem-estar físico, emocional e psicológico, tornando essencial o apoio psicológico e social adequado. Şeker e Aslan explicam que, “é comumente observado que crianças refugiadas também apresentam transtornos de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade resultantes de suas experiências anteriores” (2015, p. 87).

Logo, a educação pública pode desempenhar um papel importante na abordagem desses traumas. As escolas devem estar atentas aos sinais de trauma nos estudantes e fornecer apoio psicológico por equipes especializadas quando necessário. Além disso, as salas de aula devem ser espaços seguros, onde os estudantes se sintam apoiados e ouvidos.

A identidade cultural e a conexão com suas raízes são outros fatores importantes. O processo de deslocamento forçado muitas vezes resulta na perda de suas raízes culturais, o que pode ser uma experiência emocionalmente desafiadora. Logo, as escolas podem incorporar currículos que abordem questões relacionadas à paz, resolução de conflitos e direitos humanos, permitindo que os estudantes entendam e discutam as complexidades da violência e do conflito. Bem como pode empoderar os estudantes a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, promovendo a paz e a tolerância.

Outro desafio significativo enfrentado por estudantes em situação de refúgio é a falta de documentação escolar adequada. Muitos chegam aos países de acolhimento sem registros formais de sua educação anterior, o que dificulta o processo de matrícula e o reconhecimento de suas conquistas acadêmicas prévias.

Nesse contexto, a Resolução N° 1 de 13 de novembro de 2020 estabelece que a falta de tradução juramentada de documentos que atestem a escolaridade prévia, bem como de documentação pessoal do país de origem, Registro Nacional Migratório (RNM) ou Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM), não servirá como impedimento para a matrícula. Ela determina que a matrícula de estudantes estrangeiros nas categorias de migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio deve ser simplificada, levando em consideração sua situação de vulnerabilidade.

Adicionalmente, na ausência de registros escolares que comprovem sua formação anterior, estudantes estrangeiros nessas condições terão o direito a um processo de avaliação ou classificação. Isso permitirá que sejam matriculados em qualquer ano, série, etapa ou outra modalidade de ensino da Educação Básica, respeitando seu desenvolvimento e faixa etária.

Por fim, a integração em um novo ambiente social e escolar pode ser um desafio para estudantes em situação de refúgio, especialmente quando enfrentam estigmatização ou discriminação. Estratégias de inclusão e apoio social são necessárias para ajudar esses estudantes a adaptarem-se e se sentirem bem-vindos em suas novas comunidades.

Em resumo, a educação pública pode ser um instrumento poderoso de transformação e inclusão para estudantes em situação de refúgio. Ao abordar as barreiras linguísticas e culturais, os traumas psicossociais, a experiência de guerra e conflito, a identidade cultural e os desafios de integração, a educação pode oferecer oportunidades de crescimento e desenvolvimento para esses estudantes.

Como Paulo Freire (1987) destacou, a educação é um meio de transformação, e é imprescindível que essa transformação seja inclusiva, sensível e adaptada a todos os que buscam conhecimento e desenvolvimento. Portanto, em um mundo cada vez mais interconectado, a busca pela universalização da educação pública é um imperativo moral e social. No entanto, essa busca enfrenta desafios complexos que exigem esforços coordenados e abordagens adaptativas. Os estudantes em situação de refúgio, como um grupo particularmente vulnerável, revelam as nuances desse processo, destacando a importância de abordagens educacionais inclusivas, sensíveis à cultura e adaptadas às necessidades individuais.

A verdadeira universalização da educação só pode ser alcançada quando todos os indivíduos, independentemente de suas circunstâncias, tiverem acesso igualitário a uma educação de qualidade. Como afirma o ditado popular, “escolhemos a educação, porque é a única coisa que ninguém pode tirar de nós”. Conseqüentemente, a jornada para a universalização da educação requer uma dedicação contínua à superação dos desafios existentes e à promoção de uma sociedade mais justa e igualitária através do poder transformador da educação.

Considerações finais

Na busca incessante por equidade na educação, as sociedades modernas enfrentam um desafio complexo e contínuo. A aspiração de oferecer oportunidades iguais para o crescimento, desenvolvimento e empoderamento de todos os indivíduos ecoa desde as civilizações antigas até os dias atuais. No entanto, a implementação dessa visão frequentemente encontra obstáculos profundos e persistentes, especialmente quando consideramos a educação pública universal e sua relação com estudantes em situação de refúgio.

Desde os primórdios da história humana, a importância de compartilhar o conhecimento foi reconhecida como um catalisador do progresso individual e coletivo. Esse princípio, apesar

de enraizado nas raízes culturais e filosóficas antigas, enfrentou barreiras sociais e econômicas que perduraram através dos séculos. A ideia de uma educação universal, acessível a todas as classes sociais, ganhou força durante o Renascimento e floresceu durante o Iluminismo. Nesse período, figuras como Rousseau e Voltaire perceberam que a educação era a chave para formar cidadãos críticos e conscientes, essenciais para uma sociedade justa e igualitária.

Ao traçar paralelos entre esses ideais históricos e as realidades contemporâneas dos estudantes em situação de refúgio, torna-se evidente que a equidade educacional é um ideal em constante evolução. Os desafios enfrentados por esses estudantes, que frequentemente enfrentam barreiras linguísticas, culturais e traumas, exigem abordagens educacionais sensíveis e inclusivas. As visões de Rousseau e Voltaire ressoam aqui, destacando a educação como uma ferramenta para superar adversidades e garantir a igualdade na sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa um marco na luta pela educação igualitária ao proclamar o direito fundamental de todas as pessoas à educação. No entanto, à medida que a mundialização da educação se intensifica, novos desafios surgem. A preocupação levantada por Ivan Illich sobre a diluição das culturas locais em um sistema globalizado ressoa particularmente em relação aos refugiados, cuja identidade cultural muitas vezes atua como um fio condutor vital com suas origens.

Os reflexos contemporâneos da educação globalizada devem ser avaliados à luz das palavras de Paulo Freire, que defendia uma abordagem educacional que questionasse as estruturas de poder e encorajasse uma compreensão crítica do mundo. Isso é especialmente relevante para os refugiados, cuja capacidade de adquirir conhecimento pode ser afetada por contextos culturais diversos e, às vezes, conflitantes.

A interseção entre a busca por equidade na educação e a mundialização, juntamente com o impacto do desenvolvimento do capitalismo, destaca a necessidade de uma abordagem holística. As concepções de Bourdieu e Passeron sobre a educação como uma ferramenta de reprodução das estruturas sociais e as perspectivas de Basil Bernstein sobre a estruturação do conhecimento em diferentes classes sociais alertam para a complexidade dessa jornada.

No entanto, o processo de mundialização da educação também oferece possibilidades de transformação. Como Paulo Freire observou, a educação pode ser uma prática de liberdade que desafia as normas e empodera os indivíduos. Essa abordagem, quando aplicada à realidade

dos refugiados, sugere que a educação não é apenas uma ferramenta de inclusão, mas um caminho para a renovação pessoal e social.

Em um mundo cada vez mais conectado, o papel da educação na promoção da equidade, da inclusão e da conscientização continua a evoluir. Ao considerarmos o passado e o presente, devemos nos esforçar para construir um sistema educacional que celebre a diversidade cultural, combata as desigualdades globais e capacite todos os indivíduos, incluindo os refugiados, a enfrentar os desafios de um futuro complexo e interconectado.

A busca pela equidade educacional é uma jornada interminável, e somente através de um compromisso contínuo e de abordagens adaptativas poderemos aproximar-nos desse ideal em constante evolução. A trajetória rumo à universalização da educação pública é uma jornada repleta de desafios complexos e intrincados que exigem uma reflexão profunda e ação concertada. Como salientou Paulo Freire, a educação não pode transformar a sociedade sozinha, mas também é verdade que sem ela, a sociedade não muda.

Assim, a universalização da educação é um objetivo nobre e essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária. No entanto, alcançar esse ideal está longe de ser uma tarefa simples. As barreiras são diversas e muitas vezes profundamente arraigadas. Além disso, barreiras culturais e linguísticas podem prejudicar a participação efetiva na educação. A criação de ambientes inclusivos que respeitem e valorizem as diversas identidades culturais se torna essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário ao conhecimento.

No entanto, ao explorar a universalização da educação, é vital considerar os estudantes em situação de refúgio. Esses indivíduos enfrentam desafios ainda mais complexos. A mudança para um novo ambiente, idioma e sistema educacional pode ser desafiadora. Esses estudantes muitas vezes trazem consigo experiências traumáticas que podem afetar seu engajamento e aprendizado, exigindo uma abordagem educacional sensível e adaptativa.

Para superar esses desafios, é fundamental adotar uma abordagem holística. Isso inclui a implementação de políticas educacionais que atendam às necessidades específicas dos estudantes em situação de refúgio. Além disso, a formação contínua dos profissionais da educação para lidar com a diversidade cultural e as necessidades emocionais dos estudantes é crucial para criar um ambiente educacional inclusivo.

A universalização da educação é um objetivo que não pode ser alcançado isoladamente.

Exige uma colaboração abrangente entre governos, instituições educacionais, profissionais da educação e a sociedade em geral.

Ao abordar os desafios mencionados, podemos construir uma base mais sólida para a educação equitativa e transformadora. Nessa busca constante pela universalização da educação, devemos lembrar que cada passo em direção a um sistema educacional mais inclusivo e acessível é uma vitória para a justiça social e a igualdade de oportunidades. O engajamento ativo de todos os setores da sociedade é necessário para superar as barreiras que persistem.

Somente quando cada estudante, independentemente de suas origens ou circunstâncias, tiver acesso equitativo e igualitário à educação de qualidade, poderemos alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e transformadora.

Por fim, a jornada para a universalização da educação pública é uma busca contínua por equidade e inclusão. Reconhecer e enfrentar os desafios é essencial para construir um futuro em que o acesso ao conhecimento seja um direito inalienável de todos. É somente através do compromisso coletivo e ação persistente que podemos esperar construir uma sociedade onde cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar todo o seu potencial por meio da educação.

Para avançar ainda mais na compreensão e resolução dos desafios relacionados à universalização da educação e à inclusão de estudantes em situação de refúgio, futuras pesquisas podem se concentrar em explorar estratégias educacionais específicas que possam abordar de forma mais aprofundada as desigualdades presentes nos sistemas educacionais. Investigar abordagens inovadoras e adaptativas que promovam a inclusão, como programas de formação dos profissionais da educação, currículos culturalmente sensíveis e suporte emocional especializado, pode fornecer conhecimentos valiosos sobre como criar ambientes de aprendizado mais inclusivos e equitativos.

Adicionalmente, estudos comparativos entre diferentes sistemas educacionais e abordagens de inclusão em diversas regiões podem contribuir para a compreensão das melhores estratégias para a criação de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos em contextos diversos e globais.

Referências

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**, 2019.

ACNUR. **Global Trends Report**, 2022.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classes, códigos e controle**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro**. Brasília: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152>. Acesso em: ago. 2023.

BROPHY, Marcia. **Invisible wounds: The impact of six years of war on the mental health of Syria's children**. Save the children. Londres. 2017.

CARDOSO, Lara Andréia Sant'Ana. **Análise da Escolarização e Inclusão Social de Estudantes Migrantes Venezuelanos(as) na Escola Pública do Distrito Federal**. Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/43827/1/2022_LaraAndreiaSant%27AnaCardoso.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas. Paris. 1948.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris. 1948.

ROCHA, Priscilla Franco. **A criança refugiada e a educação: desafios atuais nos sistemas educacionais públicos no Brasil e na França, um estudo comparado**. Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/45400/1/2022_PriscillaFrancoRocha.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Tradução de Paulo M. Oliveira. Ponta Grossa: Atena Editora, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

ŞEKER, Betül Dilara; ASLAN, Zafer. **Refugee children in the educational process: a social psychological assessment**. Journal of Theoretical Educational Science, 2015. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/akukeg/issue/29356/314122>. Acesso em: ago 2023.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Submissão: 25/09/2023

Aceito: 17/12/ 2023

Citações e referências
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS